BANCARINHO

795 08/06/2016 ANO XVII FETEC/CN-CONTRAF-CUT

Sindicato dos Bancários de Dourados e Região-MS - *E-mail: contato@bancariosms.com.br*

Bancários(as) do MS definiram propostas para a Campanha 2016

Os bancários que participaram do 6° Encontro Estadual de Bancários do MS, realizado nos dias 3 e 4 de junho em Dourados, aprovaram a proposta de 14,13% reajuste salarial, sendo a inflação do período, projetada em 8,7%, mais 5% de ganho real, para ser apresentada na 18ª Conferência Nacional, que define as reivindicações para a Campanha Nacional 2016.

O encontro contou com bancários de Campo Grande e Dourados. Nas discussões em grupo, foram elencados os principais itens da minuta, que foram apreciados e aprovados na plenária final. São eles: Manter a luta por aumento real, garantia do emprego, fim das demissões, mesa única, PLR maior, mais contratações e piso salarial do Dieese.

Na ocasião foram debatidas, também, conjuntura nacional política e econômica, ressaltando os desafios do movimento sindical frente a fusão Bradesco/HSBC, governo itinerante e mudanças nas Leis Trabalhistas. Os bancários não reconhecem esse governo golpista e não aceitam o fim dos programas sociais, bem como o desmonte da Caixa Econômica e Banco do Brasil na gestão atual.

Encontros de bancos privados

Está acontecendo, nesta terça e quarta-feira 7 e 8/6, em São Paulo, os Encontros Nacionais dos Bancos Privados.

Os debates giram em torno das demandas específicas de cada banco, além da conjuntura política e econômica a ser adotada pelo governo ilegítimo que atingem os trabalhadores, como a terceirização da atividade-fim e cortes nos direitos.

Na programação, a análise política de forma conjunta é essencial para os trabalhadores do Bradesco, HSBC, Itaú e Mercantil do Brasil.

A luta contra as demissões no HSBC e Bradesco, fim das agências digitais do Itaú e fim dos abusos no Mercantil do Brasil serão lembradas pelos delegados.

De Dourados estão presentes no evento os delegados Janes Estigarribia(Bradesco) e Ronaldo Ferreira Ramos(Itaú).

Negociação com o Santander

Nesta quarta-feira (08/06),acontece nova rodada de negociação em São Paulo entre a COE (Comissão de Organização dos Empregados) e a direção do Santander.

Entre as reivindicações, auxílio moradia e academia, ajuda social extraordinária – havendo casos de emergência, como falecimento, calamidade pública ou dificuldade familiar, além da licença remunerada para mulheres vítimas de violência e não remunerada para fins de estudo.

Os bancários pedem também cinco dias de ausência abonada por ano, em datas pré-acordadas com o gestor. Desconto por venda de produtos, licença por motivo de doença de filhos, adiantamento de férias, estabilidade provisória, de 180 dias, de emprego decorrente de adoção, a partir da obtenção da guarda também estão na pauta.

Ato em defesa dos diretos é na sexta-feira

Os brasileiros preparam uma série de manifestações em todo o país, nesta sexta-feira (10/06), para mandar um recado ao governo ilegítimo de Michel Temer. Não vão pagar a conta da crise política. Portanto, não aceitam perdas de direitos trabalhistas, nem redução de gastos com os programas de inclusão social. No Estado a manifestação acontece em Campo Grande e os diretores do Sindicato vão marcar presença.

Serviços dos bancos sobem mais que inflação

Levantamento da Proteste Associação Brasileira de Defesa do Consumidor revela que, entre 121 pacotes de serviços dos bancos, 75 tiveram aumento desde janeiro deste ano – a maior parte (67) subiu acima da inflação desde o reajuste anterior. O dinheiro arrancado dos clientes com as tarifas é vultoso. O Itaú, por exemplo, consegue pagar toda a sua folha salarial e ainda sobra 64% dessa abundante fonte de recurso. Nos outros bancos o cenário de fartura não é diferente.

Banco é obrigado a emitir quitação de débitos

Os bancos estão obrigados a emitir recibo de quitação de dívidas para os clientes, quando solicitado, no prazo de 10 dias úteis. A decisão, que está na lei, publicada nesta terça-feira (07/06), no Diário Oficial da União, passa a valer em 90 dias. A regra, no entanto, não é aplicável nas hipóteses em que a lei determine procedimentos e prazos específicos. Neste caso, a empresa deve deixar claro no documento ou protocolo que fornecer em resposta ao requerimento do interessado. Para os contratos de financiamento imobiliário, o termo de quitação em até 30 dias contados a partir da data da liquidação do débito.

Indicado ao BC se contradiz sobre déficit

O governo ilegítimo de Michel Temer insiste no discurso único de alta do déficit fiscal de R$ 96,7 bilhões para R$ 170,5 bilhões. Até o indicado à presidência do Banco Central, Ilan Goldfajn, mudou de opinião para atender as demandas do presidente interino. Em artigo publicado em agosto de 2015, o economista havia declarado que seria a pior saída possível o aumento do déficit, pois traria inflação, recessão, queda de salário real e piora na distribuição de renda.